



PROPOSTA - CURSO DE HUMANÍSTICA DC



(31) 98021-5992



@juridico.dc



dcpreparatorio@gmail.com



Jurídico DC

PROPOSTA

CURSO DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA

Resolução 75/2009 do CNJ · Magistratura e demais carreiras jurídicas



Olá! Seja bem-vindo(a). Somos o DC JURÍDICO.

Apresentamos, a seguir, a proposta do nosso Curso de Formação Humanística: um material completo, autoral e escrito com um único objetivo — colocar você em condições de responder, com segurança, às questões objetivas, discursivas e orais da matéria que mais separa o candidato aprovado do candidato bem preparado.

POR QUE A HUMANÍSTICA DECIDE CONCURSOS

A Formação Humanística é exigida pela Resolução 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça e está presente em praticamente todos os editais de magistratura, além de comparecer, com nomes distintos, em concursos do Ministério Público, da Defensoria e de tribunais. Ela reúne Sociologia do Direito, Filosofia do Direito, Teoria Geral do Direito e da Política, Direito Antidiscriminatório, Psicologia Judiciária, Ética e Estatuto da Magistratura, Direito Digital e Constitucionalismo aprofundado.

Na prática, é a disciplina que o candidato deixa por último — e a que mais custa pontos. O conteúdo é vasto, a bibliografia é dispersa, os autores se confundem entre si e as bancas exploram exatamente essa confusão: trocam a anomia de Durkheim pela de Merton, o método hermenêutico-concretizador pelo científico-espiritual, o positivismo inclusivo pelo exclusivo. São pontos perdidos por falta de material adequado, não por falta de estudo.

Somem-se a isso as fases discursiva e oral, em que a Humanística deixa de ser uma lista de nomes e passa a ser o repertório que sustenta a argumentação: a fundamentação de uma sentença, a resposta sobre ativismo judicial, a pergunta do examinador sobre imparcialidade e ideologia.

NÓS CONHECEMOS A REALIDADE DO CONCURSEIRO

Sabemos que muitos concurseiros estão cansados de cursos que apenas empilham conteúdo e, ao final de mais de 2.000 páginas, afirmam que "cobriram 99% da prova" — afinal, "estava tudo lá", certo?

Do outro lado, os resumos de mercado reduzem autores complexos a duas linhas decoradas, que resolvem uma questão fácil e desmoronam na primeira alternativa bem elaborada — e não sustentam uma linha sequer de prova discursiva.

O nosso caminho é o intermediário e é o correto: **texto de autor, escrito em linguagem de prova**, com profundidade suficiente para entender e extensão suficiente para ser efetivamente lido antes do certame.

NOSSA PROPOSTA

54 blocos de estudo, distribuídos em **8 disciplinas**, totalizando cerca de **260 páginas de conteúdo autoral** — material integralmente escrito pela nossa equipe, sem colagem de manuais e sem enchimento.

Cada bloco é uma unidade fechada de estudo, pensada para ser lida em uma sessão e revisada em minutos. A estrutura se repete do primeiro ao último bloco, para que você saiba sempre onde encontrar o que procura:

- **Contexto e desenvolvimento:** o autor, o problema que ele enfrenta e a tese, com os conceitos exatos que a banca cobra.
- **DICA DC:** o ponto que decide a questão — distinções finas, associações entre autor, obra e conceito. São mais de 80 dicas ao longo do curso.
- **ATENÇÃO À PEGADINHA:** a troca de definições que as bancas repetem ano após ano, isolada e explicada.
- **GANCHOS:** como o tema cai na prova discursiva, na prova oral e como ele se conecta com Direito Constitucional, Penal, Criminologia e prática judiciária.
- **SÍNTESE DO BLOCO:** o resumo final em tópicos, feito para revisão na véspera — e para você não precisar reler o bloco inteiro.

Os blocos também são remissivos entre si: quando um conceito reaparece, o texto indica em que bloco ele foi construído. O curso funciona, assim, como um sistema — e não como uma pilha de resumos avulsos.

EMENTA COMPLETA

Os 54 blocos cobrem integralmente o programa da Resolução 75/2009 do CNJ, na seguinte ordem:

Disciplina	Blocos	Conteúdo
Sociologia do Direito	1 a 11	Comte e Durkheim; Weber; Hegel, Marx e a dialética; Escola de Frankfurt e Habermas; Foucault; Bourdieu; Luhmann; sociologia jurídica brasileira; administração da justiça e crise do Judiciário; controle social e opinião pública; conflitos sociais e autocomposição.
Filosofia do Direito	12 a 24	Jusnaturalismo e conceito de justiça; Aristóteles; Kelsen; Hart; Alf Ross e o realismo; Dworkin; o debate Hart–Dworkin; Alexy e ponderação; utilitarismo e consequencialismo; tópica e nova retórica; lógica do razoável; linguagem e hermenêutica; teorias contemporâneas da justiça.
Teoria Geral do Direito e da Política	25 a 33	Direito objetivo e subjetivo, fontes e antinomias; teoria da norma; precedentes e súmula vinculante; direito, política e ideologia; princípios e métodos de interpretação constitucional; procedimentalismo e substancialismo; capacidades institucionais e diálogo entre poderes; backlash e estado de coisas inconstitucional.
Direito Antidiscriminatório	34 a 36	Conceitos fundamentais; modalidades de discriminação, impacto desproporcional e tipos de racismo; legislação, gênero, ações afirmativas e povos tradicionais.

Disciplina	Blocos	Conteúdo
Psicologia Judiciária	37 a 40	Objeto, escolas e mecanismos de defesa; vieses cognitivos, saúde mental e comunicação; verdade, memória, prova testemunhal e reconhecimento de pessoas; assédio moral e sexual e teoria do conflito.
Ética e Estatuto da Magistratura	41 a 44	Regime jurídico da magistratura; garantias, vedações, deveres e Código de Ética; CNJ, controle interno e responsabilidade dos magistrados; administração judicial e planejamento estratégico.
Direito Digital	45 a 48	Quarta revolução industrial, inteligência artificial e jurimetria; crimes cibernéticos, desinformação e algoritmos; contratos eletrônicos, contratos inteligentes, blockchain e criptoativos; Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
Constitucionalismo Aprofundado	49 a 54	Constituição e constitucionalização do direito; sentidos de Constituição e teorias contemporâneas; classificação, elementos e estrutura; poder constituinte; hermenêutica constitucional aprofundada e a persona do julgador; princípios e institutos da jurisdição constitucional.

COMO O MATERIAL É ENTREGUE

- **Formato:** blocos em PDF, diagramados e prontos para leitura em tela ou impressão.
- **Entrega:** progressiva, por disciplina, conforme cronograma divulgado no ato da matrícula.
- **Acompanhamento:** suporte para dúvidas sobre o conteúdo diretamente com a equipe DC.
- **Atualização:** revisão do material sempre que houver alteração legislativa ou julgado relevante para a matéria.

PARA QUEM É ESTE CURSO

- Candidatos à magistratura estadual e federal, em qualquer fase da preparação.
- Candidatos ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a cargos de analista e assessoria em tribunais, cujos editais reproduzem o mesmo programa.
- Quem já foi aprovado na primeira fase e precisa de repertório para a discursiva e para a prova oral.
- Quem estuda há tempo, tem material de confiança nas disciplinas dogmáticas e busca um complemento que ofereça diferencial real na Humanística.

INVESTIMENTO

Valores e condições de pagamento serão divulgados na abertura das matrículas.

Garantimos, desde já, que a proposta será compatível com a realidade do concurseiro e que os alunos que manifestarem interesse antecipadamente terão prioridade e condição especial no lançamento.

CRONOGRAMA

Abertura das matrículas, calendário de liberação dos blocos e prazos de suporte serão informados na comunicação oficial de lançamento.

Desejamos uma excelente preparação!

Atenciosamente,

Equipe DC JURÍDICO

Defina e cumpra.

Você quer um curso ou você quer aprovação?

"Comece onde você está. Use o que você tem. Faça o que você pode." Arthur Ashe